



Tribunal de Justiça do Maranhão
Diário da Justiça Eletrônico

RESOL-GP - 72013

Código de validação: 8762738632

Dispõe sobre o pagamento do auxílio-moradia para os magistrados do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **Considerando** a autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário, prevista no art. 99 da Constituição Federal, e no art. 78 da Constituição Estadual; **Considerando** que o inciso II do art. 65 da Lei Complementar Federal nº 35, de 14 de março de 1979 (Lei Orgânica da Magistratura Nacional - LOMAN), prevê a concessão de ajuda de custo a magistrado, para moradia; **Considerando** que o art. 78, II do Código de Divisão e Organização Judiciária do Maranhão, estabelece igual norma; **Considerando** que a ajuda de custo para moradia não está, nos termos da alínea "b" do inciso I do art. 8º da Resolução nº 13 do CNJ, sujeita ao teto remuneratório, em razão de sua natureza indenizatória; e **Considerando** a existência de disponibilidade orçamentária para fazer frente ao pagamento; **RESOLVE, ad referendum, do Plenário: Art. 1º** Fica assegurado aos magistrados o recebimento de ajuda de custo para moradia, denominada de auxílio-moradia, que deverá ser pago em pecúnia, correspondente a 10% do seu subsídio mensal. **Parágrafo único.** O auxílio-moradia será creditado na conta-salário do beneficiário no mesmo dia do pagamento do subsídio. **Art. 2º** O auxílio-moradia tem natureza indenizatória e não poderá ser: I – pago cumulativamente com outros de igual espécie ou semelhante finalidade; II – integrado na base de cálculo: a) para incidência de contribuição previdenciária; b) para concessão de gratificação natalina; III – incorporado ao subsídio, ao provento, à remuneração, à pensão ou às vantagens para quaisquer efeitos, inclusive para definição da base de cálculo do décimo terceiro salário; IV – considerado rendimento tributável; V – objeto de descontos não previstos em lei; VI – percebido se o cônjuge ou companheiro do beneficiário receber auxílio da mesma natureza de qualquer órgão da Administração Pública, salvo se magistrado e titular e residente de Comarca diversa. **Art. 3º** A concessão do auxílio-moradia será cancelada de ofício quando ocorrer aposentadoria, falecimento, demissão ou disponibilidade do magistrado. **Art. 4º** Não será devida a ajuda de custo de que trata o art. 1º desta Resolução na hipótese em que houver na comarca residência oficial à disposição do Magistrado. **Parágrafo único-** Considera-se residência oficial o imóvel de propriedade do Poder Judiciário, construído e mobiliado para a moradia do juiz e de sua família. **Art. 5º** Compete à Diretoria de Recursos Humanos administrar e operacionalizar a concessão do auxílio-moradia. **Art. 6º** O magistrado deve, no prazo de 5 (cinco) dias, declarar junto à Diretoria de Recursos Humanos que não incide nas vedações do inciso VI, do art. 2º, e do artigo 4º desta Resolução. **Art. 7º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 2013. PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILACQUA", DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS.

Desembargador ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
Presidente do Tribunal de Justiça
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 29/01/2013 16:04 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)

Informações de Publicação

23/2013	31/01/2013 às 11:25	01/02/2013
---------	---------------------	------------